

## Dados do Pedido

Protocolo	71200000059201665
Solicitante	Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Data de abertura	05/02/2016 21:14
Orgão Superior Destinatário	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	14/03/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	epidemia de zika vírus e medidas para proteção das mulheres e famílias
Detalhamento	<p>O Brasil já registrou 4.783 casos suspeitos de microcefalia, sendo que em 404 casos já houve confirmação de microcefalia e/ou outras alterações do sistema nervoso central e em 17 se comprovou a relação entre alteração do sistema nervoso e zika vírus. Em razão da associação do zika vírus com síndromes fetais, a OMS declarou ser o zika vírus uma emergência de saúde pública de importância internacional. No Brasil, o Ministério da saúde decretou a epidemia uma emergência de saúde pública nacional e lançou o "Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika" com o objetivo de prover a profissionais de saúde e áreas técnicas de vigilância em saúde informações gerais, orientações técnicas e diretrizes relacionadas às ações de vigilância das microcefalias em todo território nacional. Nesse sentido, gostaríamos de informações sobre quais medidas o MDS está tomando para a proteção das mulheres grávidas? é recomendável que mulheres não engravidem? E para as famílias e crianças com síndromes fetais causadas pelo zika vírus? Há algum documento com orientações?</p>

## Dados da Resposta

Data de resposta	10/03/2016 14:39
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta

Prezada Senhora,

Em atenção ao seu pedido, consultamos a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a qual confere os seguintes esclarecimentos:

“A SNAS informa que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolve ações articuladas e integradas com o Ministério da Saúde (MS) para prevenção e atenção aos casos suspeitos e para a assistência aos nascidos com microcefalia. Definiram-se, dessa forma, os fluxos de atendimento das redes de saúde e de assistência social para cuidar e proteger gestantes e crianças com microcefalia.

O MDS e o MS desenvolveram um plano de ação composto por dois eixos: I. Prevenção e II. Acolhida, Cuidado e Proteção Social, para oferecer suporte às famílias, especialmente gestantes e bebês, além de intensificar as ações de combate ao mosquito. Em relação às ações de Prevenção, priorizam-se a eliminação de focos do *Aedes aegypti*, por meio do esclarecimento da população sobre o mosquito, as doenças por ele transmitidas, as formas de evitar a reprodução do mosquito e os cuidados básicos, como uso de repelentes e telas de proteção. Já quanto ao eixo de Acolhida, Cuidado e Proteção Social, o objetivo é garantir o encaminhamento das famílias com bebês diagnosticados com microcefalia ao sistema de saúde e aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como garantir que elas recebam as informações necessárias das ações de estimulação precoce do bebê.

Esclarece-se, dessa maneira, que a rede do Sistema Único de Saúde - SUS tem como responsabilidade : a) a notificação dos casos de vírus da Zika; b) o encaminhamento das gestantes com suspeita de infecção pelo vírus Zika e as crianças com microcefalia para acompanhamento socioassistencial e c) a capacitação aos profissionais da Assistência Social. Por sua vez, a rede do SUAS é responsável pelo acompanhamento das famílias com casos de crianças com microcefalia, garantindo assim a proteção social e reduzindo a vulnerabilidade. A Assistência Social também identifica as barreiras que impedem o acesso dessas famílias aos serviços públicos e articula ações entre a sua rede e as outras políticas públicas para atender as necessidades dessas pessoas  
Para maiores esclarecimentos, segue, em anexo, a Instrução Operacional Conjunta.”

Caso necessite de informações complementares ou realizar novos questionamentos, orientamos que a Senhora entre com nova solicitação no Sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão).

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão – SIC  
Ouvidoria/SE  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS  
Espanada dos Ministérios, Bl. C, sala T-21

#### Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Governo e Política
Subcategoria do pedido	Política
Número de perguntas	1

## Histórico do Pedido

<b>Data do evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Responsável</b>
05/02/2016 21:14	Pedido Registrado para o Órgão MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	SOLICITANTE
02/03/2016 16:30	Pedido Prorrogado	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
10/03/2016 14:39	Pedido Respondido	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Prezada Senhora,

Em atenção ao seu pedido, consultamos a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a qual confere os seguintes esclarecimentos:

“A SNAS informa que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolve ações articuladas e integradas com o Ministério da Saúde (MS) para prevenção e atenção aos casos suspeitos e para a assistência aos nascidos com microcefalia. Definiram-se, dessa forma, os fluxos de atendimento das redes de saúde e de assistência social para cuidar e proteger gestantes e crianças com microcefalia.

O MDS e o MS desenvolveram um plano de ação composto por dois eixos: I. Prevenção e II. Acolhida, Cuidado e Proteção Social, para oferecer suporte às famílias, especialmente gestantes e bebês, além de intensificar as ações de combate ao mosquito. Em relação às ações de Prevenção, priorizam-se a eliminação de focos do *Aedes aegypti*, por meio do esclarecimento da população sobre o mosquito, as doenças por ele transmitidas, as formas de evitar a reprodução do mosquito e os cuidados básicos, como uso de repelentes e telas de proteção. Já quanto ao eixo de Acolhida, Cuidado e Proteção Social, o objetivo é garantir o encaminhamento das famílias com bebês diagnosticados com microcefalia ao sistema de saúde e aos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como garantir que elas recebam as informações necessárias das ações de estimulação precoce do bebê.

Esclarece-se, dessa maneira, que a rede do Sistema Único de Saúde - SUS tem como responsabilidade : a) a notificação dos casos de vírus da Zika; b) o encaminhamento das gestantes com suspeita de infecção pelo vírus Zika e as crianças com microcefalia para acompanhamento socioassistencial e c) a capacitação aos profissionais da Assistência Social. Por sua vez, a rede do SUAS é responsável pelo acompanhamento das famílias com casos de crianças com microcefalia, garantindo assim a proteção social e reduzindo a vulnerabilidade. A Assistência Social também identifica as barreiras que impedem o acesso dessas famílias aos serviços públicos e articula ações entre a sua rede e as outras políticas públicas para atender as necessidades dessas pessoas

Para maiores esclarecimentos, segue, em anexo, a Instrução Operacional Conjunta.”

Caso necessite de informações complementares ou realizar novos questionamentos, orientamos que a Senhora entre com nova solicitação no Sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão).

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão – SIC

Ouvidoria/SE

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Esplanada dos Ministérios, Bl. C, sala T-21

## Dados do Pedido

Protocolo	25820000517201641
Solicitante	Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Data de abertura	05/02/2016 21:07
Orgão Superior Destinatário	MS – Ministério da Saúde
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	14/03/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	epidemia de zika vírus e medidas para proteção das mulheres e famílias
Detalhamento	O Brasil já registrou 4.783 casos suspeitos de microcefalia, sendo que em 404 casos já houve confirmação de microcefalia e/ou outras alterações do sistema nervoso central e em 17 se comprovou a relação entre alteração do sistema nervoso e zika vírus. Em razão da associação do zika vírus com síndromes fetais, a OMS declarou ser o zika vírus uma emergência de saúde pública de importância internacional. No Brasil, o Ministério da saúde decretou a epidemia uma emergência de saúde pública nacional e lançou o "Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika" com o objetivo de prover a profissionais de saúde e áreas técnicas de vigilância em saúde informações gerais, orientações técnicas e diretrizes relacionadas às ações de vigilância das microcefalias em todo território nacional. Nesse sentido, gostaríamos de informações sobre medidas o Ministério da Saúde está tomando para a proteção das mulheres grávidas? E para as famílias e crianças com síndromes fetais causadas pelo zika vírus? é recomendável que as mulheres não engravidem? Há algum documento com orientações?

## Dados da Resposta

Data de resposta	07/03/2016 12:14
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	<p>Prezada Senhora Sinara,</p> <p>A Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres e Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência ao analisar o pedido de Vossa Senhoria dispõe da informação que segue anexo tendo em vista a configuração do documento.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Departamento de Ações Programáticas Estratégicas</p> <p>Autoridade a ser direcionado eventual recurso de 1ª instância: Secretaria de Atenção à Saúde.</p> <p>Prazo para interposição do recurso de 1ª instância: 10 dias.</p>

## Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Saúde
Subcategoria do pedido	Emergências e Urgências
Número de perguntas	1

## Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
05/02/2016 21:07	Pedido Registrado para o Órgão MS – Ministério da Saúde	SOLICITANTE
02/03/2016 11:28	Pedido Prorrogado	MS – Ministério da Saúde
07/03/2016 12:14	Pedido Respondido	MS – Ministério da Saúde

Prezada Senhora Sinara,

O Ministério da Saúde tem intensificado as ações para garantir o acompanhamento adequado à população em geral e em especial às mulheres em idade fértil, gestantes, puérperas e recém-nascidos com microcefalia. As ações são de orientação para o cuidado à saúde, ampliação e qualificação do acesso a exames e cuidados em saúde, bem como a qualificação das ações de saúde.

O Plano Nacional de Enfrentamento a Microcefalia, envolve diferentes Ministérios e outros órgãos do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, no intuito de prevenir novos casos, bem como garantir o adequado acompanhamento dos casos de microcefalia relacionada ao vírus Zika. O plano é dividido em três eixos de ação: Mobilização e Combate ao Mosquito; Atendimento às Pessoas e Desenvolvimento Tecnológico, Educação e Pesquisa.

No dia 14 de dezembro de 2015, foi lançado pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, o *Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo vírus Zika*, que traz orientações assistenciais para o planejamento reprodutivo, pré-natal, parto, nascimento, puerpério e puericultura; para assistência, detecção e notificação de quadros sugestivos de microcefalia em recém-nascidos; bem como para o acompanhamento e reabilitação das crianças com microcefalia, enfatizando a estimulação precoce.

### **Planejamento reprodutivo:**

O Ministério da Saúde orienta que na atual situação de aumento do número de casos de microcefalia, agora também associados à infecção pelo vírus zika, as equipes de saúde devem considerar o combate ao mosquito *Aedes aegypti* como ação prioritária no seu campo de atuação. Também devem-se ampliar as ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva, a oferta de métodos contraceptivos, as visitas domiciliares para orientação à população e o acompanhamento das gestantes, puérperas e recém-nascidos suspeitos de microcefalia.

As equipes de Atenção Básica e de Saúde da Família têm papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, pois, a partir do conhecimento dos diferentes contextos e necessidades de saúde das pessoas dos territórios nos quais estão inseridas, essas equipes planejam e executam suas ações.

O Ministério da Saúde distribui, para todos os municípios brasileiros, métodos contraceptivos para disponibilização gratuita nas Unidades Básicas de Saúde. São eles: preservativo masculino e feminino, pílula combinada, anticoncepcional injetável mensal e trimestral, dispositivo intrauterino (DIU), diafragma, anticoncepção de emergência e minipílula. As equipes de saúde devem reforçar as ações de oferta e ampliação do acesso



aos métodos contraceptivos para a população, com atenção especial ao acompanhamento das mulheres de seu território que estão em idade fértil.

É importante reforçar a realização de ações de educação em saúde com mulheres e homens adultos, jovens e adolescentes, para garantir a oferta de informações e promover a saúde sexual e reprodutiva da população.

Deve-se garantir o acesso ao teste rápido de gravidez para detecção precoce da gravidez e início do acompanhamento pré-natal em tempo oportuno.

Também é importante identificar situações oportunas para uso de anticoncepção de emergência (AE), também conhecida como pílula do dia seguinte. Todas as mulheres em idade reprodutiva e com risco de gravidez indesejada devem ter garantia de acesso à informação e ao uso da AE.

É importante, também, que aquelas mulheres ou casais que desejam ter filhos recebam as orientações necessárias dos profissionais da saúde sobre a prevenção da infecção pelo vírus zika e sobre os cuidados necessários para evitar essa infecção durante a gravidez, principalmente no primeiro trimestre.

As orientações para proteção das gestantes são as mesmas para a população em geral:

- ✓ Realizar medidas de controle, como controle vetorial (eliminar na casa possíveis criadouros do mosquito), limpeza dos terrenos, descarte apropriado do lixo e materiais e utilização adequada da água.

- ✓ Evitar horários e lugares com presença de mosquitos.

- ✓ Permanecer em locais com barreiras para entrada de insetos, preferencialmente locais com telas de proteção, mosquiteiros ou outras barreiras disponíveis.

- ✓ Utilizar preferencialmente roupas que protejam partes expostas do corpo, como braços e pernas.

- ✓ Consultar um profissional da saúde sobre o uso de repelentes e verificar atentamente no rótulo a concentração do repelente e definição da frequência do uso para gestantes. Recomenda-se usar somente produtos que estão devidamente regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (os repelentes “naturais” à base de citronela, andiroba, óleo de cravo, entre outros, não possuem comprovação de eficácia nem a aprovação pela Anvisa até o momento).

### **Estimulação Precoce:**

Além da publicação dos protocolos supracitados, atualizados frequentemente, encontram-se disponíveis as *Diretrizes de Estimulação Precoce: crianças de 0 a 3 anos com Atraso no*

*Desenvolvimento Neuropsicomotor Decorrente de Microcefalia*, que têm como objetivo oferecer orientações às equipes multiprofissionais para o cuidado às crianças entre 0 e 3 anos de idade, voltadas às ações de estimulação precoce do desenvolvimento neuropsicomotor, principalmente em casos decorrentes da microcefalia. Tendo em vista a necessidade de atualização constante, bem como para que a academia e sociedade civil possam contribuir na revisão desses dois protocolos da SAS, foi aberto um canal de comunicação (e-mail) para receber as contribuições em geral.

A estimulação precoce é um processo que utiliza técnicas e recursos terapêuticos para estimular os domínios que interferem na maturação da criança, de forma a favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial, linguístico e social, evitando ou amenizando prejuízos funcionais. As estimulações devem ocorrer prioritariamente nos primeiros anos de vida, de zero a três anos, período em que ocorre o processo de maturação do Sistema Nervoso Central (SNC) e em que a criança é mais suscetível a transformações. Este processo busca desenvolver ao máximo o potencial da criança, reduzindo sequelas do desenvolvimento neuropsicomotor, na linguagem, socialização e na estruturação subjetiva, podendo contribuir, inclusive, na estruturação do vínculo mãe/bebê e na compreensão e no acolhimento familiar dessas crianças.

Neste contexto, o Ministério realizará curso de capacitação para profissionais de saúde que atuam ou possam atuar na estimulação precoce, especialmente dos nascidos com microcefalia. O curso será ofertado a Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos e Médicos que atuam nos diversos pontos de atenção da Rede SUS (Atenção Básica e Especializada), como os ligados aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os Centros Especializados em Reabilitação, que serão certificados após a conclusão do curso. A meta do Ministério é que 7.525 profissionais de reabilitação (5043 Fisioterapeutas + 1778 Fonoaudiólogos + 704 Terapeutas Ocupacionais) em programa de estimulação precoce.

O Plano Nacional de Enfrentamento prevê ainda a habilitação de 89 novos Centros Especializados em Reabilitação em todo o Brasil, dos quais 12 já foram habilitados no final de 2015. Ainda serão equipadas para a realização de exames de Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico – PEATE 737 maternidades, para qualificação e ampliação da Triagem Auditiva Neonatal. Também serão elaborados os módulos da Triagem Auditiva e da Triagem Ocular no Sistema de Informação da Triagem Neonatal – SISNEO, permitindo um melhor monitoramento, acompanhamento e busca ativa daquelas crianças que falharem no teste, visando a realização do diagnóstico e o um tratamento preciso.

Links disponíveis:

<http://www.saude.gov.br/public/media/ZgUINSpZiwubr3/20066922000062091226.pdf>

<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/protocolo-sas-2.pdf>

<http://combateaedes.saude.gov.br/tira-duvidas>

## Dados do Pedido

Protocolo	00082000010201658
Solicitante	Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Data de abertura	05/02/2016 21:12
Orgão Superior Destinatário	SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	02/03/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	epidemia de zika vírus e medidas para proteção das mulheres e famílias
Detalhamento	O Brasil já registrou 4.783 casos suspeitos de microcefalia, sendo que em 404 casos já houve confirmação de microcefalia e/ou outras alterações do sistema nervoso central e em 17 se comprovou a relação entre alteração do sistema nervoso e zika vírus. Em razão da associação do zika vírus com síndromes fetais, a OMS declarou ser o zika vírus uma emergência de saúde pública de importância internacional. No Brasil, o Ministério da saúde decretou a epidemia uma emergência de saúde pública nacional e lançou o "Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika" com o objetivo de prover a profissionais de saúde e áreas técnicas de vigilância em saúde informações gerais, orientações técnicas e diretrizes relacionadas às ações de vigilância das microcefalias em todo território nacional. Nesse sentido, gostaríamos de informações sobre quais medidas a SPM está tomando para a proteção das mulheres grávidas? E para as famílias e crianças com síndromes fetais causadas pelo zika vírus? É recomendável que as mulheres não engravidem? Há algum documento com orientações?

## Dados da Resposta

Data de resposta	02/03/2016 18:19
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezada demandante,  anexamos arquivo contendo resposta às suas demandas. Atenciosamente SEPM

## Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Saúde
Subcategoria do pedido	Participação e controle social em saúde
Número de perguntas	3

## Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
05/02/2016 21:12	Pedido Registrado para o Órgão SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres	SOLICITANTE
02/03/2016 18:19	Pedido Respondido	SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres



## Resumo da Solicitação : **epidemia de zika vírus e medidas para proteção das mulheres e famílias**

---

O Brasil já registrou 4.783 casos suspeitos de microcefalia, sendo que em 404 casos já houve confirmação de microcefalia e/ou outras alterações do sistema nervoso central e em 17 se comprovou a relação entre alteração do sistema nervoso e zika vírus.

Em razão da associação do zika vírus com síndromes fetais, a OMS declarou ser o zika vírus uma emergência de saúde pública de importância internacional.

No Brasil, o Ministério da saúde decretou a epidemia uma emergência de saúde pública nacional e lançou o "Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika" com o objetivo de prover a profissionais de saúde e áreas técnicas de vigilância em saúde informações gerais, orientações técnicas e diretrizes relacionadas às ações de vigilância das microcefalias em todo território nacional.

### **Nesse sentido, gostaríamos de informações sobre quais medidas a SPM está tomando para a proteção das mulheres grávidas?**

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está trabalhando no GT do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos em parceria com a ONU Mulheres e Ministério da saúde uma proposta de **comunicação em saúde e direitos no contexto do Zika vírus**, que deverá ser lançada.

### **E para as famílias e crianças com síndromes fetais causadas pelo zika vírus? é recomendável que as mulheres não engravidem?**

A Decisão é da mulher ou uma decisão do casal de engravidar ou não, essa decisão, em última instância, tem de ser da mulher e está garantindo em todos os marcos legais dos direitos sexuais e reprodutivos dos quais o Brasil é signatários.

O Governo recomenda é que ela esteja bem informada e que tenha acesso a um serviço de planejamento reprodutivo e controle de pré-natal. Temos trabalhado com o Ministério da Saúde no sentido de não culpabilizar as mulheres e que as mesmas estão sendo vítimas nestas condições.

É importante que as mulheres ou os casais que desejam ter filhos recebam as orientações necessárias dos profissionais da saúde sobre a prevenção da infecção pelo vírus zika, sobre os cuidados necessários para evitar essa infecção durante a gravidez, principalmente no primeiro trimestre.

É importante reforçar o aconselhamento Pré-concepcional e também a oferta da anticoncepção de emergência em caso de uma relação desprotegida e de falha de métodos. Que haja oferta ofertar os métodos contraceptivos e promova estratégias de educação em saúde sexual e reprodutiva envolvendo mulheres, homens, jovens e

adolescentes, reforçando o planejamento reprodutivo e fornecendo subsídios para a escolha livre e informada.

Como consta no Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika do Ministério da Saúde, *“O Ministério da Saúde distribui, para todos os municípios brasileiros, métodos contraceptivos para disponibilização gratuita nas Unidades Básicas de Saúde. São eles: preservativo masculino e feminino, pílula combinada, anticoncepcional injetável mensal e trimestral, dispositivo intrauterino (DIU), diafragma, anticoncepção de emergência e minipílula. As equipes de saúde devem reforçar as ações de oferta e ampliação do acesso aos métodos contraceptivos para a população, com atenção especial ao acompanhamento das mulheres de seu território que estão em idade fértil.”*

Temos trabalhado em conjunto com a **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD** e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), estamos elaboramos um plano de comunicação e estratégias de divulgações de informações sobre a Zika e os cuidados com as famílias com crianças com síndromes fetais causadas pelo vírus Zika.

A microcefalia, como qualquer outra má-formação ou síndrome no bebê, tem grande impacto na vida do casal e principalmente da mulher, é fundamental falar sobre a microcefalia e não culpabilizar a mulher. A mulher não fica grávida sozinha e, por vezes, é abandonada durante a gestação, esta mulher precisa de ajuda e ela precisa de apoio para ter suas decisões respeitadas.

O Governo Brasileiro está liberando um salário mínimo para mães de filhos com microcefalia, é um benefício que existe há mais de 20 anos, o Benefício de Proteção Continuada (BPC), é importante considerar que a maioria das mulheres que estão com seus filhos com microcefalia são usuárias do SUS e vivem no nordeste brasileiro, todos os benefícios para ajudar as mulheres serão bem vindos e contribuirão para melhoria das condições de vida das mulheres neste momento de fragilidade.

O Brasil tem um programa permanente de prevenção e controle do *Aedes aegypti*, com ações compartilhadas entre União, estados e municípios, durante todo o ano. Além do desenvolvimento de ações de apoio a estados e municípios, responsáveis pela coordenação e execução destas ações, o Ministério da Saúde realiza a aquisição de insumos estratégicos, como inseticidas e kits de diagnósticos, para auxiliar os gestores locais no combate ao mosquito.

Os recursos federais destinados ao enfrentamento ao *Aedes aegypti* cresceram 39% nos últimos anos (2010-2015), passando de R\$ 924,1 milhões para R\$ 1,29 bilhão neste ano. Para 2016, a previsão é de um incremento de R\$ 580 milhões, uma vez que o valor chegará a R\$ 1,87 bilhão. Além disso, foi aprovado no orçamento um adicional de R\$ 500 milhões para esta operação.

A iniciativa faz parte dos esforços do Governo Federal previstos no Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes e à Microcefalia, lançado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado. Ao todo, 19 ministérios e outros órgãos federais estão mobilizados para atuar conjuntamente neste enfrentamento, que contará também com a participação dos governos estaduais e municipais.

As visitas de rotina às residências para eliminação e controle do vetor ganharam o reforço das Forças Armadas, com mais de 2.400 militares capacitados até o momento,

e de mais de 266 mil agentes comunitários de saúde, além dos 46,5 mil agentes de endemias que já atuavam regularmente nessas atividades. A orientação é para que esse grupo atue, inclusive, na organização de mutirões de combate ao mosquito em suas regiões.

Somam-se a esse esforço a mobilização voltada aos servidores públicos no dia 29 de janeiro, no chamado “Dia da Faxina”, cujo objetivo foi inspecionar e eliminar possíveis focos do mosquito nos prédios dos órgãos federais. A ação aconteceu em ministérios, autarquias, agências e demais órgãos vinculados, envolvendo cerca de 1,6 milhão de trabalhadores.

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, as Forças Armadas fizeram um mutirão, entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro, para realizar a limpeza nas cerca de 1.200 unidades militares existentes no país.

Para reforçar as ações de mobilização dos servidores federais, foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 2 de fevereiro, um decreto que determina adoção de medidas rotineiras de prevenção e combate ao vetor em todos os prédios públicos. Entre as medidas estão a realização de campanhas educativas, vistoria e retirada de criadouros do mosquito, além da limpeza das áreas internas e externas e o entorno das instalações públicas.

É importante reforçar o esclarecimento aos profissionais envolvidos nas ações de combate aos Vírus transmitidos pelo Mosquito *Aedes aegypti* e a sociedade que as mulheres são vítimas e não responsáveis pela infecção vírus Zika e que a responsabilidade é de todos/as, envolvendo um cuidado coletivo.

### **Há algum documento com orientações?**

O Documento orientador que temos utilizados são do Ministério da Saúde, que é o gestor das políticas da saúde e do SUS, como Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika, os folder e banners, que estão no Site do MS.

Atenciosamente,

SAIAT/ SEPM/MMIRDH

Justificativa

Registrar Pedido

Detalhamento de

Dados do Pedido

**Notificação ao Solicitante:**

Prezada cidadã,

Informo que o seu pedido de acesso à informação não é de competência deste Órgão. Desta forma, reencaminhamos ao Órgão competente.

A SDH não tem nenhuma medida específica, apenas segue auxiliando quanto às orientações do Ministério da Saúde.

Atenciosamente,  
SIC/SDH

**Data do Evento**

05/02/2016  
21:10:42

11/02/2016  
16:34:20

Fechar

